AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO À DISTÂNCIA

JULIANA POHLMANN RAMOS

RESUMO

A mudança de cenário causada pela pandemia gerou impactos sociais de proporções globais. A crise sanitária exigiu adaptações em diversas atividades profissionais, dando prioridade às possibilidades de atuação remota, devido à necessidade de aplicar medidas restritivas de interação social, visando reduzir a transmissão e o contágio do vírus COVID-19. A mudança do contexto de atuação para a modalidade remota possibilitou a continuidade das práticas em vários setores profissionais, inclusive na atuação em Psicologia. Assim sendo, o presente artigo caracteriza-se como um estudo de revisão da literatura que visa propor um debate sobre a prática de Avaliação Psicológica na modalidade à distância. O artigo se propõe a abordar as possibilidades e dificuldades oferecidas pela atuação à distância, considerando os aspectos éticos e legais da profissão.

Palavras-chave: avaliação psicológica; atendimento psicológico; testagem psicológica; online.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) provocou mudanças significativas em diversos setores da sociedade, gerando a necessidade de mobilizações para minimizar os impactos da crise sanitária. A nova configuração social, decorrente das medidas de distanciamento, impulsionou o trabalho remoto para novas dimensões, inclusive no âmbito profissional e das práticas em Psicologia. Diante da necessidade de adaptações que viabilizassem a atuação remota, o conselho profissional dos psicólogos e membros de comunidades científicas trabalharam para respaldar a adequação dos atendimentos psicológicos prestados por meios tecnológicos, visando garantir a continuidade da prática de forma ética.

Os serviços psicológicos prestados por meios tecnológicos de informação e comunicação (TIC) foram regulamentados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) na resolução Nº 11, de 11 de maio de 2018, autorizando a realização de atendimentos psicológicos e outros serviços por meio dos recursos tecnológicos disponíveis, cabendo ao profissional resguardar a coerência e fundamentação na ciência psicológica, na legislação e nos parâmetros éticos da profissão.

Com relação à garantia do respaldo ético das práticas remotas, considerando o contexto da pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo na demanda de serviços psicológicos na modalidade online. Para garantir a continuidade do cuidado, em função do distanciamento social, a Resolução Nº 4, de 26 de março de 2020, buscou facilitar o acesso para a prestação de serviços, flexibilizando as restrições contidas na Resolução do CFP Nº 11/2018. A medida possibilitou a ampliação do atendimento para pessoas e grupos em situação de urgência e emergência de forma remota durante o período de pandemia (VIANA, 2020).

Segundo Hisatugo (2013), o dever para com os princípios éticos constitui a base

DOI: 10.51161/conbrasau2023/18391

fundamental do processo de Avaliação Psicológica (AP). É necessário que o profissional se atenha aos preceitos estabelecidos pelas regulamentações vigentes da profissão, respeitando os direitos e as necessidades básicas humanas, sejam elas de natureza fisiológica, comportamental, emocional ou outras, em quaisquer procedimentos de observação e interpretação de pessoas e grupos.

Portanto, o objetivo do trabalho é propor um debate sobre a prática de AP na modalidade remota, explorando as potencialidades e dificuldades relacionadas a atuação à distância, considerando os aspectos éticos e legais da profissão.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão da literatura com o objetivo de analisar as publicações científicas sobre a prática da Psicologia por meios tecnológicos de informação e comunicação. A pesquisa foi realizada por meio de uma busca sistemática na base de dados do Scielo e do Google Acadêmico, utilizando os descritores "Avaliação Psicológica remota", "atendimento psicológico online", "terapia online", "tecnologia da informação e comunicação" e "pandemia".

Foram selecionados artigos publicados nos últimos cinco anos, escritos em língua portuguesa, que tratam da prática da Psicologia por meios tecnológicos, abordando as implicações éticas, os desafios e as perspectivas de utilização dessa modalidade de atendimento. Foram excluídos os artigos que não se relacionavam diretamente ao tema e aqueles que não possuíam relevância para a análise do estudo. Os artigos selecionados foram lidos e analisados criteriosamente, buscando extrair informações relevantes sobre a prática da Psicologia por meios tecnológicos e sua relação com as mudanças provocadas pela pandemia de COVID-19.

A revisão da literatura realizada neste estudo tem como objetivo contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre a prática da Psicologia por meios tecnológicos, identificando os desafios e perspectivas dessa modalidade de atendimento no contexto atual. Espera-se que os resultados obtidos possam subsidiar a discussão e o desenvolvimento de novas pesquisas nessa área, bem como orientar a prática dos profissionais da psicologia que atuam por meios tecnológicos de informação e comunicação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do estudo dos achados provenientes da pesquisa bibliográfica, foi possível observar que a Avaliação Psicológica (AP) é uma prática técnico-científica que se utiliza de diversas metodologias específicas para subsidiar trabalhos em diferentes campos de atuação do psicólogo. A dimensão técnica na AP é uma parte integrante do processo avaliativo e é constituída de diferentes estratégias que o profissional pode utilizar para realizar um determinado procedimento em diferentes contextos de atuação. Para tanto, podem ser utilizados instrumentos e técnicas complementares para investigar os fenômenos psicológicos envolvidos na demanda. (CFP, 2018).

Um dos principais objetivos da AP é fazer uma estimativa psicológica com base na coleta e integração de dados relacionados à Psicologia. Essa estimativa é realizada por meio de instrumentos como testes, entrevistas, estudos de caso, observação comportamental, aparatos e procedimentos de medida especialmente projetados para essa finalidade (Cohen, Swerdlik & Sturman, 2014).

A testagem psicológica é um instrumento utilizado na Avaliação Psicológica (AP) para avaliar construtos que não podem ser observados diretamente, conforme destacado por Hutz (2015). Contudo, é importante ressaltar que a AP não se limita apenas ao uso de testes, mas envolve outras técnicas, dependendo da demanda do caso.

DOI: 10.51161/conbrasau2023/18391

O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), criado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), inclui uma lista de instrumentos com parecer favorável que avaliam aspectos como inteligência, personalidade, habilidade, aptidões, comportamento e interesse profissional, dentre outros fenômenos psicológicos. Desde sua criação, houve um desenvolvimento na qualidade técnica e científica dos instrumentos disponíveis para serem utilizados na atuação da profissão.

A qualidade técnica e científica do processo avaliativo deve ser garantida desde a identificação dos fenômenos psicológicos a serem investigados até a elaboração de um documento, permeada pela contínua reflexão ética. Dessa forma, o estabelecimento do contrato, a escolha dos instrumentos e técnicas apropriados ao contexto e o levantamento de dados devem ser realizados com cuidado. As hipóteses diagnósticas e devolutivas também devem ser permeadas pela contínua reflexão ética, garantindo a qualidade técnica e científica do processo avaliativo.

As questões éticas são inerentes ao trabalho do profissional da Psicologia, especialmente no contexto da Avaliação Psicológica (AP). O Código de Ética Profissional do Psicólogo possui vários itens relativos à AP, mas é importante ressaltar que as questões éticas neste caso, possuem um alto grau de complexidade e não podem ser exaustivamente tratadas em uma resolução do CFP, pois o padrão de conduta profissional esperado vai além da observância literal de artigos de um código de ética (Hutz, 2015).

Para garantir uma prática ética na AP, é essencial que o profissional tenha não apenas o conhecimento do código de ética, mas também uma vivência dos pressupostos desse código. Isso inclui a consideração das questões emocionais e do sofrimento envolvido na demanda recebida, além de uma preocupação constante em minimizar danos. Ao pensar na dimensão ética na AP, é importante também considerar a capacitação técnica necessária para a realização de um trabalho que seja capaz de atender aos objetivos propostos.

A Psicologia tem experimentado novas orientações que buscam zelar pela qualidade dos dados e pelo rigor técnico, especialmente no ambiente virtual, onde a atuação do psicólogo deve considerar os recursos digitais como mecanismos para estabelecer pontes até o paciente. A preocupação com a ética e o rigor técnico no ambiente virtual é fundamental para garantir a segurança dos instrumentos utilizados e a qualidade dos dados coletados. Nesse sentido, a atuação do psicólogo no contexto remoto deve buscar construir um serviço psicológico adaptável, por meio de um setting terapêutico, ainda que virtual, propício para suplementar a ausência simbólica da prática física (Ulkovski, Silva e Ribeiro, 2017).

A Resolução nº 11/2018 estabelece a utilização de testes psicológicos com padronização e normatização pelo Conselho da classe profissional para a modalidade online. Isso garante a condução da Avaliação Psicológica dentro dos parâmetros éticos da profissão e atende às resoluções vigentes. Entretanto, é importante ressaltar que a adaptação dos instrumentos psicológicos para o contexto online, exige um trabalho rigoroso e não pode ser realizada de forma arbitrária. Conforme o CFP (2005), é vedado ao psicólogo alterar ou interferir de qualquer forma na validade e fidedignidade dos instrumentos e técnicas psicológicas.

A escolha da metodologia e dos recursos complementares para a realização da AP online é de responsabilidade do profissional, que deve avaliar os riscos envolvidos e garantir o caráter científico dos procedimentos, respaldando-se na legislação profissional. Dessa forma, é fundamental o contínuo aprimoramento profissional para que o psicólogo tenha conhecimento de técnicas e instrumentos atualizados e aplicáveis à população e contexto em estudo, além de domínio sobre a aplicabilidade remota.

Apesar da regulamentação e autorização pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) para a adaptação da prática psicológica ao contexto online, é necessário que o profissional reflita sobre a pertinência e aplicabilidade da atuação remota. Isso porque a atenção deve ser direcionada às especificidades do indivíduo atendido, como a faixa etária, as condições

DOI: 10.51161/conbrasau2023/18391

cognitivas e fisiológicas, fatores culturais, familiaridade e disponibilidade aos recursos tecnológicos e conexão com internet, entre outros fatores que podem limitar o processo.

Devido à restrição de alguns instrumentos de avaliação para a aplicação presencial, devem-se considerar as condições ambientais para a realização da AP online. Além disso, é necessário prestar especial atenção ao uso de instrumentos originais e aprovados pelo SATEPSI e/ou com comprovada referência na literatura a partir de estudos científicos em revistas reconhecidamente aceitas no meio científico. Assim, a AP online deve ser conduzida com o mesmo rigor e cuidado ético da avaliação presencial, visando garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

A ampliação das possibilidades de serviços de atendimento psicológico online demanda uma maior responsabilidade na apropriação das ferramentas tecnológicas disponíveis para a condução e manejo das técnicas utilizadas na prática remota. Esse é um campo ainda em construção, divergente da modalidade tradicional, o que torna o desafio ainda maior.

No caso da testagem psicológica, a situação é ainda mais desafiadora, pois além da aplicação de instrumentos específicos para esse contexto, há a necessidade de normatização e padronização específica, bem como a adaptação para a modalidade online, considerando variáveis como a adesão e familiaridade do paciente com a tecnologia necessária, a viabilidade da avaliação online dos domínios psicológicos necessários, ferramentas que garantam o exercício profissional sigiloso e percalços com o manuseio adequado dos documentos psicológicos sigilosos.

Independentemente do contexto de atuação, o profissional da Psicologia deve estar atento à guarda dos materiais clínicos obtidos por meio da avaliação e à guarda dos instrumentos restritos à Psicologia, especialmente em contextos interdisciplinares em que o acesso de pessoas não autorizadas pode estar mais acessível. No contexto remoto, esse cuidado deve ser ainda mais redobrado para preservar a integridade dos indivíduos submetidos ao processo de avaliação, bem como seu anonimato, evitando riscos aos envolvidos.

As reflexões advindas desse novo contexto de atuação fomentam pesquisas para fornecer informações que contribuam com o desenvolvimento de uma prática pautada em princípios éticos capazes de superar as adversidades e otimizar a relação terapêutica. Isso consolidará uma capacitação técnica e teórica fundamentada na ciência psicológica.

A partir do estudo dos achados provenientes da pesquisa bibliográfica, é possível constatar que existem desafios atrelados a prática da AP no contexto remoto, que possam inferir na prática ou desempenho real da avaliação e, portanto, requerem maior atenção: necessidade de cuidados redobrados diante da necessidade de monitoramento audiovisual; segurança da conexão; conhecimento sobre a plataforma utilizada; consideração das circunstâncias específicas do paciente; garantia da não interrupção do processo, garantia da identidade do avaliado; limitações do avaliado diante da tecnologia.

Verificou-se que a AP no contexto remoto pode também, ser favorável devido à possibilidade de quebra da barreira geográfica, que tem o potencial de propiciar maior alcance do serviço. Contudo ainda há limitações quanto às adaptações ao contexto no qual requerem cuidados como: avaliação justa da circunstância que a AP se insere; propósitos da realização da AP de forma remota; estabelecimento dos construtos psicológicos a serem investigados; adequação das características dos instrumentos/técnicas aos indivíduos avaliados; condições técnicas, metodológicas e operacionais do instrumento de avaliação (CFP, 2022).

4 CONCLUSÃO

Em suma, a inovação tecnológica tem transformado a Psicologia de forma definitiva, exigindo estudo e dedicação para preservar a ética profissional. Há um imenso debate em andamento sobre a necessidade de mais pesquisas que construam evidências no que diz respeito

DOI: 10.51161/conbrasau2023/18391

à validade e precisão dos escores, bem como à confiabilidade de instrumentos aplicáveis nesta modalidade. As reflexões sobre a prática de Avaliação Psicológica *online* têm fomentado pesquisas que contribuem com o desenvolvimento de uma prática ética e fundamentada na ciência psicológica. É importante que sejam realizadas mais pesquisas para construir evidências sobre a validade e precisão dos escores e a confiabilidade dos instrumentos aplicáveis nesta modalidade. Com isso, será possível consolidar uma capacitação técnica e teórica, superar as adversidades e otimizar a relação terapêutica, contribuindo para o contínuo desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de ética profissional do psicólogo. Brasília: Autor. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf. Acesso em: 27 de março de 2023.

Conselho Federal de Psicologia. (2018). Resolução nº 11, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Brasília: Autor. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O- N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf. Acesso em: 27 de março de 2023.

Conselho Federal de Psicologia. (2020). Resolução nº 04, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Brasília: Autor. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-26-de-marco-de-2020-250189333. Acesso em: 27 de março de 2023.

Conselho Federal de Psicologia. (2022). Cartilha de Avaliação Psicológica. Brasília: Autor. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica1.pdf Acessos em 04 de abril de 2023.

HISATUGO, C. L. C. (2013). O início do processo de avaliação psicológica. Psicol. inf., 17(17),193-199. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092013000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 de março de 2023.

HUTZ, C. S., BANDEIRA, D. R., TRENTINI, C. M., & KRUG, J. S. (2016). Psicodiagnóstico. Porto Alegre, RS: Artmed.

MARASCA, A. R., BONADIO, I. C., SOARES, J. D., & LIMA, K. D. (2020). Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. Estudos de Psicologia, 37, e190024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/7ZC9NVCfHVVJ7gqTss5P9dc/?format=html#ModalArticles. Acesso em: 27 de março de 2023.

MILANI, Rute Grossi; TOMAEL, Mercês Maria; GREINERT, Bruna Rafaele Milhorini. Psicodiagnóstico nterventivo psicanalítico. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 5, n. 1, p. 80-95, jun. 2014. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072014000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 de março de 2023.

PAULO, Maria Salete Lopes Legname de. Psicodiagnóstico interventivo em pacientes adultos com depressão. Boletim de Psicologia, São Paulo, v. 56, n. 125, p. 153-170, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 de março de 2023.

ULKOVSKI, E. P.; SILVA, L. P.; RIBEIRO, A. Atendimento psicológico online: perspectivas e desafios atuais da psicoterapia. Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 7, n. 1, 2017, p. 59-68. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/view/4029. Acesso em: 27 de março de 2023.

VIANA, D. M. Atendimento psicológico online no contexto da pandemia de Covid-19. Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará, vol. 14, n. 1, julho de 2020. Disponível em: https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/399. Acesso em: 23 de março de 2023.

DOI: 10.51161/conbrasau2023/18391